

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2022/2303 DA COMISSÃO**de 24 de novembro de 2022****que altera o Regulamento de Execução (UE) 2019/1780 que estabelece os formulários-tipo para a publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação dos contratos públicos****(Texto relevante para efeitos do EEE)**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta a Diretiva 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança, e que altera as Diretivas 2004/17/CE e 2004/18/CE ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 32.º, n.º 1, o artigo 52.º, n.º 2, e o artigo 64.º,

Tendo em conta a Diretiva 2014/23/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à adjudicação de contratos de concessão ⁽²⁾, nomeadamente o artigo 33.º, n.º 1,

Tendo em conta a Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos e que revoga a Diretiva 2004/18/CE ⁽³⁾, nomeadamente o artigo 51.º, n.º 1, o artigo 75.º, n.º 3, e o artigo 79.º, n.º 3,

Tendo em conta a Diretiva 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e que revoga a Diretiva 2004/17/CE ⁽⁴⁾, nomeadamente o artigo 71.º, n.º 1, o artigo 92.º, n.º 3, e o artigo 96.º, n.º 2, primeiro parágrafo,

Tendo em conta a Diretiva 89/665/CEE do Conselho, de 21 de dezembro de 1989, que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas relativas à aplicação dos procedimentos de recurso em matéria de celebração dos contratos de direito público de fornecimentos e de obras ⁽⁵⁾, nomeadamente o artigo 3.º-A,

Tendo em conta a Diretiva 92/13/CEE do Conselho, de 25 de fevereiro de 1992, relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes à aplicação das regras comunitárias em matéria de procedimentos de celebração de contratos de direito público pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações ⁽⁶⁾, nomeadamente o artigo 3.º-A,

Após consulta do Comité Consultivo para os Contratos de Direito Público,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento de Execução (UE) 2019/1780 da Comissão ⁽⁷⁾ estabelece os formulários-tipo (eForms) para a publicação de anúncios no domínio dos contratos públicos. Visa substituir o Regulamento de Execução (UE) 2015/1986 da Comissão ⁽⁸⁾ a fim de adaptar os formulários-tipo estabelecidos nesse regulamento à transformação digital.

⁽¹⁾ JO L 216 de 20.8.2009, p. 76.

⁽²⁾ JO L 94 de 28.3.2014, p. 1.

⁽³⁾ JO L 94 de 28.3.2014, p. 65.

⁽⁴⁾ JO L 94 de 28.3.2014, p. 243.

⁽⁵⁾ JO L 395 de 30.12.1989, p. 33.

⁽⁶⁾ JO L 76 de 23.3.1992, p. 14.

⁽⁷⁾ Regulamento de Execução (UE) 2019/1780 da Comissão, de 23 de setembro de 2019, que estabelece os formulários-tipo para a publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação de contratos públicos e revoga o Regulamento de Execução (UE) 2015/1986 (eForms) (JO L 272 de 25.10.2019, p. 7).

⁽⁸⁾ Regulamento de Execução (UE) 2015/1986 da Comissão, de 11 de novembro de 2015, que estabelece os formulários-tipo para publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação de contratos públicos e revoga o Regulamento de Execução (UE) n.º 842/2011 (JO L 296 de 12.11.2015, p. 1).

- (2) A fim de assistir os Estados-Membros nas suas obrigações de comunicação de informações ao abrigo da Diretiva 2009/33/CE do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽⁹⁾, a Comissão deve publicar determinadas informações sobre os veículos não poluentes, monitorizando os dados relevantes disponíveis através da base de dados do Diário Eletrónico de Concursos (TED), em conformidade com as Diretivas 2014/24/UE e 2014/25/UE. À luz das recentes alterações à Diretiva 2009/33/CE ⁽¹⁰⁾, são necessárias informações mais pormenorizadas nos anúncios de adjudicação. Essas informações permitirão uma comunicação mais completa de informações sobre os veículos com nível nulo ou baixo de emissões e outros veículos movidos a combustíveis alternativos, facilitando assim as atividades de monitorização no âmbito do TED e a comunicação de informações pelos Estados-Membros. Por conseguinte, os formulários-tipo devem ser adaptados de modo a incluir campos facultativos adicionais para a categoria de veículos, a referência jurídica aplicável e um indicador para confirmar se o processo de adjudicação está abrangido pelo âmbito de aplicação da Diretiva 2009/33/CE.
- (3) A fim de assegurar o alinhamento das políticas relativas aos formulários-tipo com os objetivos ambientais da União e no interesse de uma maior clareza e coerência na comunicação de informações, tendo em conta as necessidades dos Estados-Membros, o campo relativo aos contratos públicos ecológicos deve ser atualizado e o campo dos contratos públicos inovadores deve ser simplificado.
- (4) Os formulários-tipo devem também ser adaptados e melhorados em alguns aspetos que foram identificados pelos Estados-Membros e pela Comissão durante o processo conducente à adoção do Regulamento de Execução (UE) 2019/1780, como a descrição de determinadas condições comerciais e a aplicação desses termos.
- (5) A fim de permitir uma transição técnica harmoniosa, os Estados-Membros precisam de tempo para se prepararem para a utilização dos novos formulários-tipo. A fim de clarificar que, durante um determinado período, tanto os formulários-tipo estabelecidos pelo Regulamento de Execução (UE) 2015/1986 como os estabelecidos pelo Regulamento de Execução (UE) 2019/1780 podem ser utilizados, devem ser estabelecidas disposições transitórias. Por razões de segurança jurídica, a data de revogação do Regulamento de Execução (UE) 2015/1986 deve ser alinhada com a data de aplicação do Regulamento (UE) 2019/1780.
- (6) O Regulamento de Execução (UE) 2019/1780 deve, por conseguinte, ser alterado em conformidade,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O Regulamento de Execução (UE) 2019/1780 é alterado do seguinte modo:

- 1) o artigo 3.º passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º

Revogação

O Regulamento de Execução (UE) 2015/1986 é revogado com efeitos a partir de 14 de novembro de 2022.»;

- 2) é inserido o seguinte artigo 3.º-A:

«Artigo 3.º-A

Disposição transitória

De 14 de novembro de 2022 a 24 de outubro de 2023, tanto os formulários estabelecidos pelo presente regulamento como os estabelecidos pelo Regulamento de Execução (UE) 2015/1986 podem ser utilizados para a publicação de anúncios no *Jornal Oficial da União Europeia*.»;

- 3) o anexo é alterado em conformidade com o anexo do presente regulamento.

⁽⁹⁾ Diretiva 2009/33/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, relativa à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes a favor da mobilidade com nível baixo de emissões (JO L 120 de 15.5.2009, p. 5).

⁽¹⁰⁾ Diretiva (UE) 2019/1161 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, que altera a Diretiva 2009/33/CE relativa à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes (JO L 188 de 12.7.2019, p. 116).

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 24 de novembro de 2022.

Pela Comissão
A Presidente
Ursula VON DER LEYEN

No anexo, o quadro 2 passa a ter a seguinte redação:

«Quadro 2

Campos dos formulários-tipo e dos anúncios

Nível	ID	Nome	Tipo de dados	Descrição	Planning								Competition								DAP			Result						Con. mod.															
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
+	BG-1	Aviso	-	Informações básicas sobre o anúncio.	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M		
++	BT-04	Identificador do Processo	Identificador	O identificador europeu do processo de adjudicação de contratos públicos é um identificador único de um processo de adjudicação. A inclusão deste identificador em todas as versões publicadas do anúncio em questão (p. ex., no sítio TED, em portais de publicação nacionais ou regionais, etc.) permite uma identificação única dos processos de adjudicação de contratos em toda a União.							M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	
++	BT-701	Identificador do Anúncio	Identificador	O identificador europeu de um anúncio de concurso público. A inclusão deste identificador em todas as versões publicadas do anúncio em questão (p. ex., no sítio TED, em portais de publicação nacionais ou regionais, etc.) permite uma identificação única dos anúncios de concurso em toda a União.	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
++	BT-757	Versão do Anúncio	Identificador	A versão do anúncio. Isto permite, por exemplo, rastrear as versões dos anúncios ou alterações dos anúncios antes da publicação.	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
++	BT-01	Base Jurídica do Processo	Código	A base jurídica (p. ex., um ato legislativo da União ou nacional) de acordo com a qual é realizado o processo de adjudicação ou, em caso de anúncios de pré-informação, de acordo com a qual será(ão) realizado(s) o(s) processo(s) de adjudicação.	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
++	BT-03	Tipo de Formulário	Código	O tipo de formulário, de acordo com a legislação em matéria de contratos públicos.	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
++	BT-02	Tipo de Anúncio	Código	O tipo de anúncio, de acordo com a legislação em matéria de contratos públicos.	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M

++	BT-5101	Rua do Local de Execução dos Trabalhos	Texto	O nome da rua, estrada, avenida, etc., do local de execução dos trabalhos e identificação adicional (p. ex., número do edifício).	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O		
++	BT-5131	Cidade do Local de Execução dos Trabalhos	Texto	O nome da localidade (cidade ou vila) do local de execução dos trabalhos.	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O			
++	BT-5121	Código Postal do Local de Execução dos Trabalhos	Texto	O código postal do local de execução.	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O			
++	BT-5071	Subdivisão do País do Local de Execução dos Trabalhos	Código	A localização de acordo com a Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS). Deve-se usar o código de classificação NUTS 3.	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	O		
++	BT-5141	Código do País do Local de Execução dos Trabalhos	Código	O país do local de execução dos trabalhos.	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	O		
++	BT-727	Serviços do Local de Execução dos Trabalhos – Outras informações	Código	Outras restrições podem aplicar-se ao local de execução (p. ex., «em qualquer ponto do Espaço Económico Europeu», «em qualquer parte do país em questão», etc.).	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	O		
++	BT-728	Informações Adicionais sobre o Local de Execução dos Trabalhos	Texto	Informações adicionais sobre o local de execução dos trabalhos.	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O		
+	BG-36	Duração	-	Informações sobre a duração do contrato, do acordo-quadro, do sistema de aquisição dinâmico ou do sistema de qualificação. Estas informações têm de incluir eventuais opções e renovações. Estas informações podem variar consoante o lote. No caso de um anúncio de pré-informação utilizado apenas a título informativo, estas informações podem variar em função da parte do anúncio que pode posteriormente tornar-se um lote ou um processo autónomo.			O	O	O	M	M	M	M	O	O	O	M	M	M	M	M	O	O	M			O	O	O	O	O	O	O	O	O	O			O	O	O
++	BT-536	Duração – Data de Início	Data	A data (estimada) em que o contrato, acordo-quadro, sistema de aquisição dinâmico ou sistema de qualificação terá início.			O	O	O	M	M	M	M	O	O	O	M	M	M	M	M	O	O	M			O	O	O	O	O	O	O	O	O			O	O	O	

+	BG-705	Outros Requisitos	-	Informações sobre quaisquer outros requisitos de participação no processo e sobre as condições que regem o futuro contrato. Os requisitos têm de incluir uma descrição dos métodos segundo os quais serão verificados. Estas informações podem variar consoante o lote. No caso de um anúncio de pré-informação utilizado apenas a título informativo, estas informações podem variar em função da parte do anúncio que pode posteriormente tornar-se um lote ou um processo autónomo.				O	O	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M								
++	BT-71	Participação Reservada	Código	Indica se a participação está reservada a organizações específicas (p. ex., oficinas protegidas, organizações com uma missão de serviço público).			O	O	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M									
++	BT-79	Qualificação do Pessoal que Executa o Contrato	Código	Há que indicar os nomes e as qualificações profissionais do pessoal encarregado da execução do contrato.					O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	M	O	O	O	O									
++	BT-578	Credenciação de Segurança	Indicador	É exigida uma credenciação de segurança.					O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O									
++	BT-78	Prazo da Credenciação de Segurança	Data	A data até à qual os proponentes que não possuem uma credenciação de segurança a podem obter.					O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O									
++	BT-732	Descrição da Credenciação de Segurança	Texto	Informações adicionais sobre a credenciação de segurança (p. ex., o nível de credenciação de segurança exigido, os membros da equipa que precisam de a ter, se já é necessária para ter acesso aos documentos do concurso ou apenas para a execução do contrato).					O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O									
++	BT-801	Acordo de Não Divulgação	Indicador	É exigido um acordo de não divulgação.					O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O									
++	BT-802	Descrição do Acordo de Não Divulgação	Texto	Informações adicionais sobre o acordo de não divulgação.					O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O	O									

+++	BT-709	Valor Máximo Recalculado do Acordo-Quadro	Valor	O valor máximo que pode ser despendido no âmbito de um acordo-quadro, durante toda a sua duração, incluindo opções e renovações, como calculado com base na proposta do vencedor ou nas propostas dos vencedores.																		O	O	O	M	M	M		M	M				O	O			
+++	BT-660	Valor Reestimado do Acordo-Quadro	Valor	O valor da despesa provável no âmbito de um acordo-quadro, durante toda a sua duração, incluindo opções e renovações, como reestimado com base na proposta do vencedor ou nas propostas dos vencedores.																			O	O	O	M	M	M		M	M				O	O		
+++	BG-712	Apresentações Recebidas	-	Informação sobre os tipos de propostas ou pedidos de participação recebidos.																								M	M	M	M	M	M	M	M			
++++	BT-759	N.º de Apresentações Recebidas	Número	Número de propostas ou pedidos de participação recebidos. As propostas que incluam variantes ou propostas múltiplas apresentadas (para um lote) pelo mesmo proponente serão contabilizadas como uma única proposta.																								M	M	M	M	M	M	M	M			
++++	BT-760	Tipo de Apresentações Recebidas	Código	Informação sobre os tipos de propostas ou de pedidos de participação recebidos. O número total de propostas recebidas deve ser comunicado. Nos casos em que um anúncio não é abrangido pela Diretiva 2009/81/CE e não diz respeito a serviços sociais ou a outros serviços específicos, indicar o número de propostas recebidas de micro, pequenas e médias empresas; deve-se igualmente indicar o número de propostas recebidas de proponentes registados noutros países do Espaço Económico Europeu e o número de propostas recebidas de proponentes registados em países fora do Espaço Económico Europeu. Todas as propostas devem ser contabilizadas, independentemente de serem ou não admissíveis. Relativamente às propostas apresentadas por um grupo de proponentes (p. ex., um consórcio), a proposta deve ser contabilizada na categoria correspondente (p. ex., PME), se for de esperar que a maioria dos trabalhos venham a ser executados por proponentes que se enquadram nesta categoria (p. ex., são PME).																									M	M	M	M	M	M	M	M		

